



## ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÈSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 25.05.2015

5 Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguacú, realizou-se a ducentésima quinquagésima segunda Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Valmor João Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a

10 leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'. **2-ORDEM DO DIA: 2.1** – Apresentação da Prestação de Contas referente ao 1º quadrimestre de 2015 da Secretaria Municipal de Saúde e da Revisão da Programação Anual de Saúde 2016 – Equipe da Secretaria Municipal de Saúde – 60'. A Comissão de Assuntos Internos (CAI) solicitou inclusão de Pauta para apresentação de um Parecer. **A Pauta e a inclusão de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** A secretária executiva, senhora Sandra Helena Camilo Bado da Cruz, reforçou aos conselheiros a importância de suas entidades manifestarem interesse em continuar compondo o CMS, considerando que a nominata do Conselho será recomposta na 11ª Conferência Municipal de Saúde, conforme correspondência encaminhada a todas as entidades. Lembrou também que os que desejarem se inscrever na Conferência na condição de delegados, e não forem conselheiros de saúde – pois estes são delegados natos – devem encaminhar

15 ofício da instituição que representam com a sua indicação, sendo que cada entidade tem direito a indicar dois delegados. Também prestou esclarecimentos referentes às eleições para os cargos da Mesa Diretora que acontecerão na assembleia do mês de julho. Em seguida, conselheiro Luis Manoel Ferreira Vasconcelos, membro da CAI, fez a leitura do Parecer da comissão: "**PARECER Nº 010/2015 Joinville, 06 de maio de 2015. AJUSTES NA PACTUAÇÃO DE 56 INDICADORES PARA JOINVILLE DO CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DA SAÚDE (COAP)** Considerando, – o ofício nº

20 006/2015/GUGE/SMS/Planejamento e Projetos, o qual sinalizou a manutenção da pactuação das metas para o ano de 2015, aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2013, conforme expressa a Resolução nº 42/2013 e informou a necessidade dos seguintes ajustes: – **Indicador 52** – Proporção de imóveis visitados em, pelo menos, 4 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue – meta de 60% revista para 80%, conforme orientação da DIVE (Diretoria de Vigilância Epidemiológica); – **Indicador 54** – Percentual de Unidades Básicas de Saúde com o Sistema HÓRUS (Assistência Farmacêutica) implantado – pactuado para 2015, com meta de 100%; A Comissão de Assuntos Internos sugere a aprovação da manutenção das metas para 2015 com os ajustes acima apresentados." **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros**

25 **presentes.** **2.1** Conselheiro Mario José Bruckheimer cumprimentou a todos e passou a apresentar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2015, seguido da senhora Rosana Emilia Greipel que fez a apresentação da parte financeira, conforme anexo I desta ata. **Manifestações:** conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole lamentou que não se tenha hoje um bom atendimento na

30 saúde do município, justificando que é isso que os números apresentados indicam. Perguntou o que entra no gasto citado de um milhão e quinhentos mil Reais. Também questionou qual será o posicionamento da SMS em relação ao desvio de função dos agentes comunitários de saúde (ACS) e quando serão chamados os profissionais aprovados pelo concurso público. Perguntou sobre como ficaria o pagamento dos

35

40

45



50 fornecedores com a falta de repasses de verba por parte do Estado, e também como  
ficam os pacientes de ortopedia, quando atendidos por profissionais do Instituto Vida, e  
necessitam de exames, se há um prazo para continuidade do tratamento. Conselheiro  
Osmar Lopes perguntou porque o Estado não está repassando os valores devidos.  
Conselheira Marcia Schneider reforçou o questionamento do conselheiro Osmar quanto  
55 aos repasses, e solicitou especificidade em relação aos percentuais de repasses federal,  
estadual e municipal. Senhora Rosana disse que esses percentuais estão especificados  
nos slides. Conselheiro Lourenço Foss Joenk reforçou a preocupação com o desvio de  
função das ACS e também perguntou se é verdadeira a informação que os policiais não  
60 estão recebendo a vacina contra a gripe nas Unidades de Saúde. Foi respondido que os  
policiais não recebem a vacina, apenas os agentes penitenciários. O conselheiro  
questionou se existe alguma penalidade para o prestador de serviço que apresente  
alguma irregularidade na realização de uma auditoria e perguntou em que se baseia a  
porcentagem apresentada do investimento do município em saúde. Conselheiro Douglas  
65 Calheiros Machado lembrou que o tema tanto da última Conferência de Saúde quanto da  
Conferência a se realizar neste ano, tem como tema central a Atenção Básica (AB), e  
pontuou que a maioria dos problemas de saúde podem ser resolvidos na AB. Também  
pontuou que o Estado tem uma participação ainda muito tímida na AB, em relação ao  
financiamento. Citou o corte anunciado pelo Governo Federal de mais de onze bilhões de  
70 Reais para a saúde, e que é preciso entender que para a saúde de qualquer município  
existem três financiadores, município, estado e união, portanto, esses cortes com certeza  
irão impactar em nosso município também. O Presidente endossou as palavras do  
conselheiro Douglas, em relação a falta de investimentos na AB, e cobrou a falta de ACS.  
Em relação a diminuição no número de ocorrências registradas na Ouvidoria, disse que  
75 está muito difícil para se conseguir fazer os registro, pois muitos não tem acesso ao site, e  
pelo número 156 é muito difícil conseguir a ligação. Quanto à vacinação, considerou que  
é muito baixa a adesão da população. Falou também da problemática em relação ao  
atendimento nos Pas e nos Hospitais. Senhora Rosana disse que existe uma legislação  
determinando a porcentagem que cada ente em relação à responsabilidade para a  
80 compra de medicamentos, porém a contrapartida do Estado não está sendo depositada, e  
como o município está na ponta, ele precisa realizar a compra, e se o Estado não  
repassar, o município não terá como efetivar o pagamento. Quanto a porcentagem gasta  
com saúde, explicou que é feita através de um cálculo que leva em conta a receita líquida  
do município. Para acompanhamento dos conselheiros, citou o SLOPS, que o município é  
85 obrigado a alimentar o sistema com informações referentes aos recursos e o portal de  
transparência do município. Acrescentou que o repasse do município no terceiro trimestre  
fica um pouco menor, devido ao décimo terceiro dos funcionários. Quanto aos recursos  
para hospitais, esclareceu que a Secretaria é apenas um repassador dos recursos, que  
entram na receita, e já são repassados aos destinatários. Conselheiro Mario concordou  
90 com a conselheira Cleia quanto a falha nos números apresentados. Falou da dificuldade  
de se contratar os médicos que passaram nos concursos, que tem noventa dias para  
responder, e no fim do prazo informam que não tem interesse em assumir a vaga.  
Pontuou que o ACS em trabalhos administrativos não é desvio de função, e Joinville é um  
dos poucos municípios que tem o agente administrativo na equipe da ESF, porém por  
falta de receita, está difícil a contratação deste profissional. Disse que não podemos negar  
95 que estamos em recesso econômico, e que esta realidade afeta a Prefeitura e a  
Secretaria Municipal de Saúde. Respondendo ao conselheiro Lourenço, disse que os  
prestadores são descredenciados em caso de se encontrar irregularidades. Em relação  
aos pagamentos em atraso do Estado, disse que todos os secretários municipais estão se

100 juntando, a fim de pressionar o Estado, para que ocorra o pagamento. Senhor Rogério,  
coordenador da Ouvidoria, falou que a gestão está em busca de soluções a fim de se  
melhorar o atendimento aos munícipes que procuram, e considerou que neste ano já  
houve bastante melhora neste sentido. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou  
o encaminhamento à CAI.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho  
105 Municipal de Saúde de Joinville, conselheiro Valmor João Machado, deu por encerrada a  
ducentésima quinquagésima segunda Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal  
de Saúde, às vinte horas e vinte minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei  
a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros:  
**Henrique L. Deckmann, Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado,  
Jaqueline Barp, Marcia Schneider, Rosinete Medeiros, Aline Teixeira Macedo,  
110 Joanara R. da Fontoura Winters, Marilda Moraes da Costa, Angela Maria dos  
Santos, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Liliana Piscki Maes, Terezinha de Jesus  
dos Passos, Valmor João Machado, Zelma Reichert Maria, Lourenço Foss Joenk,  
Marcílio Silveira, Zenir V. Werlich, Orandi Garcia, José Martins, Luis Manoel Ferreira  
Vasconcelos, Alaide Correia André, Gilmar Kowalski, Orlando Jacob Schneider,  
115 Antonio Carlos Debortoli, Osmar Lopes,** três representantes de Conselhos Locais de  
Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Unidade Sanitária, da  
Vigilância Epidemiológica. da ADIJO, da Vigilância em Saúde, da Câmara de Vereadores  
e da UNIVILLE.

120